



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)****AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA
(Processo Administrativo n.º 00091.004853/2021-81)****1. DO OBJETO**

1.1. Registro de preços para aquisição de materiais de **copa, gêneros alimentícios e gás liquefeito de petróleo - GLP - em botijão de 13kg** para atender a Agência Brasileira de Inteligência, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Copo descartável, material: polipropileno, capacidade: 200 ml, aplicação: líquidos frios e quentes, características adicionais: atóxico, de acordo c, norma abnt, nbr 14865, cor: branco DESCRIÇÃO ADICIONAL: rebordo anticortante de no mínimo 180º, corpo frisado, sem telescopamento integral (que os copos possam ser retirados sem danificar os demais), acondicionados em embalagens com 100 unidades, branco, peso mínimo de 100 unidades 75g. Marca de referência: Totalplast ou superior	419219	CENTO	3.427	13.706	13.706	5,60	76.753,60
2	Café, apresentação: torrado moído, intensidade: média, tipo: superior, empacotamento: vácuo. CARACTERÍSTICAS: Pó homogêneo, espécie: 100% arábica, blend: composição poderá apresentar o percentual de quantidade de PVA e defeitos de até 10% por quilo de café; aspecto: grãos de café dos tipos 2 a 6, da COB - Classificação. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: grãos torrados e moídos, como ponto de torra variando entre 50 a 65 pontos de DISCO AGTRON, ou equivalente, correspondente ao intervalo médio moderadamente Escuro e Médio Claro; CARACTERÍSTICAS QUÍMICAS (exigidas para cada g/100g): umidade - máximo 5%; resíduo mineral fixo - máximo 5%; Resíduo Mineral Fixo, insolúvel em ácido clorídrico a 10% v/v - máximo 1%; cafeína - mínimo 0,7%; Extrato aquoso - mínimo 25%; Extrato etéreo - mínimo 8%. EMBALAGEM: validade mínima de 12(doze) meses, a contar da data da entrega, constar na embalagem a data de fabricação e validade. Acondicionado em embalagem aluminizada, fechada hermeticamente (a	463581	PACOTE COM 500 gr.	694	2.736	2.736	20,18	55.212,48

	<p>vácuo, tipo tijolinho), contendo 500 gramas (quinhentos gramas) cada pacote.</p> <p>CARACTERÍSTICA SENSORIAL: nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial do café, gosto predominante de café 100% arábica, isento de gosto Rio, Riozona, Robusta e Conilon;</p> <p>LAUDO: Possuir laudo de análise do produto ofertado emitido por laboratório habilitado pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde da Agência Nacional da Vigilância Sanitária (REBLAS/ANVISA) ou laudo expedido por laboratório credenciado por Secretária Estadual de Agricultura, desde que o Estado em questão possua legislação específica para análise sensorial de café e que o laboratório seja credenciado para esse fim. Deverá ser comprovado nota de qualidade global mínima de 6,0 e laudo de análise de microscopia, com tolerância de no máximo 1% de impureza.</p> <p>Marca de referência: Do Ponto, Pilão, Melitá, Fino Sabor, Café do Sítio ou Superior.</p> <p>Cota reservada, art. 48, inciso III, da LC 123/2006</p>							
3	<p>Café, apresentação: torrado moído, intensidade: média, tipo: superior, empacotamento: vácuo.</p> <p>CARACTERÍSTICAS: Pó homogêneo, espécie: 100% arábica, blend: composição poderá apresentar o percentual de quantidade de PVA e defeitos de até 10% por quilo de café; aspecto: grãos de café dos tipos 2 a 6, da COB - Classificação.</p> <p>CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: grãos torrados e moídos, como ponto de torra variando entre 50 a 65 pontos de DISCO AGTRON, ou equivalente, correspondente ao intervalo médio moderadamente Escuro e Médio Claro;</p> <p>CARACTERÍSTICAS QUÍMICAS (exigidas para cada g/100g): umidade - máximo 5%; resíduo mineral fixo - máximo 5%; Resíduo Mineral Fixo, insolúvel em ácido clorídrico a 10% v/v - máximo 1%; cafeína - mínimo 0,7%; Extrato aquoso - mínimo 25%; Extrato etéreo - mínimo 8%.</p> <p>EMBALAGEM: validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data da entrega, constar na embalagem a data de fabricação e validade. Acondicionado em embalagem aluminizada, fechada hermeticamente (a vácuo, tipo tijolinho), contendo 500 gramas</p>	463581	PACOTE COM 500 gr.	2.052	8.206	8.206	20,18	165.597,08

	<p>(quinhentos gramas) cada pacote.</p> <p>CARACTERÍSTICA SENSORIAL: nota de qualidade global mínima de 6,0 na escala sensorial do café, gosto predominante de café 100% arábica, isento de gosto Rio, Riozona, Robusta e Conilon;</p> <p>LAUDO: Possuir laudo de análise do produto ofertado emitido por laboratório habilitado pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde da Agência Nacional da Vigilância Sanitária (REBLAS/ANVISA) ou laudo expedido por laboratório credenciado por Secretária Estadual de Agricultura, desde que o Estado em questão possua legislação específica para análise sensorial de café e que o laboratório seja credenciado para esse fim. Deverá ser comprovado nota de qualidade global mínima de 6,0 e laudo de análise de microscopia, com tolerância de no máximo 1% de impureza.</p> <p>Marca de referência: Do Ponto, Pilão, Melitá, Fino Sabor, Café do Sítio ou Superior.</p>							
4	<p>Gás Refino de Petróleo; tipo: Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), uso: doméstico</p> <p>DESCRIÇÃO ADICIONAL: acondicionado em botijões de 13 kg, conforme normas técnicas da ABNT, lacrado, aplicação: fogão residencial; tipo: gás propano-butano; cheio, fornecido mediante sistema de trocas.</p>	461652	Botijão 13 kg	10	40	95	169,93	16.143,35
VALOR TOTAL								313.706,51

- 1.2. Haverá necessidade de apresentação de **amostra para o item 1, 2 e 3** para verificar os parâmetros de qualidade do material.
- 1.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 1.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 1.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.
- 1.6. Em conformidade ao disposto na Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, as pesquisas de preços foram realizadas utilizando o site Paineis de Preços. Assim sendo, o valor total estimado para contratação será de **R\$ 313.706,51 (trezentos e treze mil setecentos e seis reais e cinquenta e um centavos)**
- 1.7. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta dias) contados do aceite da nota de empenho prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

- 1.8. Os fornecedores serão selecionados por meio de pregão eletrônico.
- 1.9. Como não existe índice setorial ou específico para os itens licitados, utilizou-se o índice geral de preços IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.
- 1.10. A Divisão de Almoxarifado e Patrimônio solicita a não realização da fase de IRP - Intenção de registro de preços, com base no §1º, art. 4º do Decreto 7.892.
- 1.10.1. Ocorre que a etapa de IRP já ocorreu, porém por falha no próprio sistema deverá ser repetida. A repetição dessa fase irá trazer, no atual momento, prejuízos de contratação para o órgão, pois alguns itens encontram-se em baixo estoque. Repetir a etapa irá atrasar a aquisição.
2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
- 2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**
- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
4. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**
- 4.1. Os bens são comuns pois seus padrões de qualidade foram objetivamente definidos neste termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado. A avaliação da natureza comum do bem foi realizada nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.
5. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**
- 5.1. **Para os item 1,2 e 3 :** o prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.
- 5.2. **Para o item 4 (gás GLP):** O prazo de entrega dos bens é de 1 (um) dia útil, contado do recebimento da nota de empenho, em remessa única.
- 5.3. **Endereço e horários de entrega:**
- 5.3.1. Sede da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), situada no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 01, Divisão de Almoxarifado, Bloco AA, CEP 70.610-905, Brasília/DF, Telefone: (61) 3445-9631, em dia útil, no período das 8h às 11h e das 14h às 17h.;
- 5.4. No caso de produtos perecíveis, **o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 meses** do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
6. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 6.1. São obrigações da Contratante:
- 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 7.2. **Obrigações decorrentes dos itens 4 (gás GLP) :**
- 7.2.1. transportar o produto em veículo adequado e seus funcionários, quando da entrega dos itens , devem utilizar uniformes da Contratada, bem como portar crachá de prestador de serviço fornecido pela ABIN.
8. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 8.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*
9. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
10. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\frac{(6 / 100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------------------	--

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE - exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

- 13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 13.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.2.2. **multa moratória** de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento);
- 13.2.3. **multa compensatória** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 13.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
14. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 14.1. Pelas características dos itens não serão exigidas garantias de execução.
15. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 15.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 313.706,51 (trezentos e treze mil setecentos e seis reais e cinquenta e um centavos)**
16. **ANEXOS**
- 16.1. ANEXO I - Estudo técnico Preliminar

Brasília, 02 de dezembro de 2021

Documento assinado eletronicamente